

Deputado vê plano para esvaziar Constituinte

Lourenço Cazarré

O deputado Fernando Coelho (PMDB-PE) disse ontem que os estrategistas do governo já estão articulando a realização imediata de uma Assembléia Nacional Constituinte, para evitar que ela seja « livre soberana e popular ». Segundo o raciocínio de Fernando Coelho, formalizando agora a Constituinte, o Governo poderia manter a maioria parlamentar, usando de toda sua máquina administrativa, e esvaziando uma Constituinte que pudesse alterar profundamente o atual quadro político e o modelo econômico.

Um dos indícios seguros da intenção do governo, na opinião do deputado pernambucano, é a viagem do ministro Ibrahim Abi-Ackel a vários estados, uma espécie de missão Portella. « Porque o ministro está viajando neste momento, para ver se está sendo bem conduzida a formação do PDS, se as próximas eleições serão em 1982? » pergunta Fernando Coelho. Ele acredita que o ministro está « tirando a temperatura » para ver se o partido do governo, numa eleição imediata, obterá a maioria, nesse caso para a Constituinte.

Da mesma forma que o então senador Petrônio Portella ouviu setores da sociedade para a execução do projeto de abertura política, Abi-Ackel estaria articulando a preparação da constituinte, diz Fernando Coelho. Esta seria uma forma de o governo conseguir manter o controle da crise, ao mesmo tempo que esvaziava uma reivindicação dos opositoristas.

O deputado acha também possível que o governo venha a implantar o voto distrital antes da convocação desta constituinte de maneira a assegurar ainda mais a sua ampla maioria parlamentar. Da mesma forma, os estrategistas do Planalto poderiam conceder maiores facilidades para a constituição de novos partidos, pulverizando as forças opositoristas.

Essa seria uma maneira, segundo o parlamentar, de o governo evitar uma crise « imprevisível », que ele crente poderá ocorrer em breve. Mas, até mesmo por tradição, os governantes evitariam esta crise para permanecer por mais alguns anos no poder.

Portanto, ele considera indispensável a ampliação do atual colégio eleitoral com a concessão de direito de voto aos analfabetos. Fernando Coelho não acredita que os votos destes nalfabetos venham a beneficiar o governo, por serem « manipuláveis », como afirmam alguns. Ele acha que com o êxodo rural, intenso nos últimos anos, o trabalhador rural deixa de ser voto de cabresto dos « coronéis » para se transformar em trabalhador urbano, votando com a oposição.

Hoje, acredita ele, a crise institucional é ainda mais grave do que a de 1964, quando ocorreu a revolução militar. « Naquela época, as classes dirigentes tinham interesse, por exemplo,



Fernando Coelho

em aumentar a inflação para apressar a crise. Hoje, até os empresários se mostram preocupados com a inflação de 100%, e lutam contra ela, sem resultado».

GOVERNADORES

Fernando Coelho acha destituídas de fundamento as informações sobre uma possível aliança entre PMDB e o PDS, com vistas às eleições para os governos estaduais em 1982. Segundo estas informações estaria havendo contatos entre os dois partidos no Rio de Janeiro, tendo o senador Saturnino Braga como interlocutor do governo, e no Rio Grande do Norte, através do governador Aluizio Alves.

« A posição das seções estaduais do partido tem que ser coerente com a diretriz nacional, como partido de oposição. Em nenhuma hipótese podemos fazer composição com o PDS », disse Fernando Coelho.

Ele acha que o principal problema a ser enfrentado pelo PMDB é a redemocratização do país e a mudança do modelo econômico, e não eventuais vitórias eleitorais para governos estaduais ou para o senado.

« O PDS representa 16 anos de autoritarismo e a estrutura social e econômica contra as quais o povo tem se rebelado », acrescentou. Para ele, informações deste tipo — mesmo que tenham sido divulgadas por outros partidos de oposição — só interessam ao governo. E acha que os fatos nem merecem ser desmentidos, já que o « PMDB não precisa mostrar atestado de oposição », demonstrada na sua atuação política dos últimos anos.

Até onde o governo admite

A tese do deputado Fernando Coelho sobre propósitos constituintes na atual ação política governamental não encontra eco, aparentemente, entre os principais articuladores políticos do Governo. Desde que a oposição lançou-se, retoricamente, numa campanha a favor da convocação de uma Constituinte a idéia vem sendo rejeitada com vigor, alinhando-se uma série de argumentos.

Em primeiro lugar, observa-se com frequência no Palácio do Planalto que uma Constituinte « não resolveria nada ». Isto é, os grandes problemas nacionais do momento — que, para o Planalto, são fundamentalmente de ordem econômica, com a inflação em lugar de destaque — continuariam a ter a mesma gravidade atual, com esta ou com outra Constituição.

Em segundo lugar — e isto, aliás, o deputado Fernando Coelho parece entender — a eleição de uma Assembléia Nacional Constituinte não significaria necessariamente uma vitória para a oposição. « Nós ganhávamos, fácil, como ganhamos as eleições de 1978 », observou recentemente uma importante fonte palaciana consultada por este jornal. « E o resultado, a nova Constituição, poderia ser até pior do que a atual, do ponto de vista deles », comentou a mesma fonte.

Mas o argumento decisivo e que faz realmente parecer improvável que o governo se lance num projeto constituinte é o de que Constituições são feitas apenas em momentos de reestruturação da casa depois de alguma

grave perturbação política, tipo golpe de estado. A Constituição de 1967, por exemplo, surgiu depois da Revolução de 1964 e teve por objetivo, fundamentalmente, institucionalizar o movimento militar que derrubou o governo João Goulart. O mesmo aconteceu com a Constituição de 1946, que « redemocratizou » o País ao final dos 15 anos da ditadura Vargas.

Ora, um capítulo de fundamental importância — para o regime na atual Constituição é aquele que diz estarem « aprovados e excluídos de apreciação judicial os atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução de 31 de março de 1964 » bem como todas as outras medidas de exceção sob a designação genérica de atos institucionais.

O que o governo na verdade admite é que, paulatinamente, as reformas que estão sendo introduzidas no texto da atual constituição — na dosagem e periodicidade que ele considera adequadas — acabará por virtualmente, modificá-la em seus aspectos autoritários sem contudo atingir a « essência » da mesma. Acredita-se também, que será necessário em algum momento — provavelmente ao final do processo reformista iniciado a partir da lei da reformulação partidária — fazer uma espécie de cirurgia estética da Constituição, eliminando redundâncias. Esta reforma será contudo, puramente redacional, sem nada que se possa assemelhar a uma Constituinte.